

RELATÓRIO ANUAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 2025



JUSTIÇA FEDERAL



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO JF2

Composição da Corte

Desembargador Federal **Luiz Paulo Araújo** - Presidente

Desembargador Federal **Marcus Abraham** - Vice-Presidente

Desembargador Federal **Firly Nascimento Filho** - Corregedor Regional

Desembargador Federal **Sergio Schwaitzer** - Decano

Desembargador Federal **Poul Erik Dyrlund**

Desembargador Federal **André Fontes**

Desembargador Federal **Reis Friede**

Desembargador Federal **Luiz Antonio Soares**

Desembargador Federal **Guilherme Couto de Castro**

Desembargador Federal **Guilherme Calmon**

Desembargador Federal **Ferreira Neves**

Desembargador federal **Aluisio Mendes**

Desembargador federal **Guilherme Diefenthaler**

Desembargador federal **Marcelo Pereira da Silva**

Desembargador Federal **Ricardo Perlingeiro**

Desembargadora Federal **Cláudia Neiva**

Desembargadora Federal **Leticia De Santis Mello**

Desembargadora Federal **Simone Schreiber**

Desembargador Federal **Marcello Granado**

Desembargador Federal **Alcides Martins**

Desembargador Federal **Theophilo Miguel**

Desembargador Federal **William Douglas**

Desembargador Federal **Flávio Lucas**

Desembargador Federal **Mauro Braga**

Desembargadora Federal **Carmen Silvia Lima de Arruda**

Desembargador Federal **Paulo Pereira Leite Filho**

Desembargador Federal **Alberto Nogueira Junior**

Desembargadora Federal **Andréa Cunha Esmeraldo**

Desembargador Federal **Wanderley Sanan Dantas**

Desembargador Federal **Júdice Neto**

Desembargador Federal **Luiz Norton Baptista de Mattos**

Desembargador Federal **Alfredo Hilário de Souza**

Desembargadora Federal **Cláudia Franco Corrêa**

Desembargador Federal **Rogério Tobias de Carvalho**

Desembargador federal **Julio de Castilhos**



JUSTIÇA FEDERAL



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO JF2

Diretor-Geral: Paulo Cezar Braga Edmundo

**Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
da Justiça Federal da 2ª Região – COPACE/JF2:**

I – Presidente

Titular: **Juíza Federal Claudia Valeria Bastos
Fernandes Marques**

Suplente: **Desembargador Federal André Fontes**

**II – Servidor(a) representante da área de
sustentabilidade, acessibilidade e inclusão**

Titular: Claudia Coutinho Gomes

Suplente: José Fernando Coelho Val Quintans Junior

**III – Servidor(a) representante da área de gestão
estratégica**

Titular: Bruno Bessa de Mattos

Suplente: Bruno dos Santos Ribeiro

**IV – Servidor(a) representante da área de
engenharia ou arquitetura**

Titular: Isaac Leonardo Carriço

Suplente: Luis Leizon Cabral Silva

**V – Servidor(a) representante da área de gestão de
pessoas**

Titular: Flavia Melo de Macedo

Suplente: Marcia Andrea do Nascimento Machado
Maia da Silva

**VI – Servidor(a) representante da área de tecnologia
da informação**

Titular: Jorge Mélo Coêlho

Suplente: Renato Braga Gadelha dos Santos

**VII – Outros(as) integrantes da Justiça Federal da 2ª
Região**

Juíza Federal Rosalia Monteiro Figueira

Ricardo de Azevedo Soares, da Seção de Atendimento
ao Usuário Externo (SEAEX/SJRJ)

Dulavim de Oliveira Lima Júnior, da Seção de
Atendimento ao Usuário Externo (SEAEX/SJRJ)

Débora Cordeiro da Costa, do Núcleo de Gestão
Documental e Biblioteca (NUGEBI)

Renato Saldanha Lima, da Coordenadoria de Inovação
e Desenvolvimento Institucional (CINOVA)

Samantha Júlia Fernandes, da 4ª Vara Federal de São
João de Meriti (04VF-SJ)

Elaine Pauvolid Corrêa Hamburger, da Divisão de
Cultura (DCULT/CCJF)

Cláudia Campagnaro Machado Dal Moro,
representante da Seção Judiciária do Espírito
Santo

Apoio:

**Coordenadoria de Projetos, Gestão por Processos,
Gestão Socioambiental e Acessibilidade – COGESA**

Claudia Coutinho Gomes

José Fernando Coelho Val Quintans Junior

Lara Martins Costa Chmielewski de Souza

Liana Bezerra Fernandes

Mirella Locha Jorge

Aline Rodrigues Pereira Gonçalves



JUSTIÇA FEDERAL



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO JF2

Sumário

5	Apresentação
6	Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 2ª Região - COPACE/JF2
7	Ações para promoção da acessibilidade e inclusão na JF2
14	Principais resultados alcançados e desafios enfrentados
16	Considerações finais

Apresentação

O relatório reflete o compromisso contínuo da Justiça Federal da 2ª Região (JF2) com a promoção da acessibilidade e inclusão, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Este normativo, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, revogou a Resolução CNJ nº 230/2016, reiterando o compromisso do Poder Judiciário em ser acessível e inclusivo para a sociedade.

O Plano Estratégico da Justiça Federal da 2ª Região, em sintonia com a referida resolução, contempla entre seus macrodesafios a “Garantia dos direitos de cidadania”, e tem como um dos objetivos estratégicos o de “Garantir direitos de inclusão e acessibilidade a todos”.

Este documento apresenta ações realizadas para promover a acessibilidade e a inclusão na Justiça Federal da 2ª Região em 2025, bem como indicadores mencionados no Anexo da resolução, que servirão de base para orientar o planejamento e ações futuras, visando ao cumprimento da norma.

É importante ressaltar que todas essas ações são resultado de um esforço conjunto das diversas unidades do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro (SJRJ) e do Espírito Santo (SJES).

Com este relatório anual, a Justiça Federal da 2ª Região busca cumprir o que determina o art. 23, inciso VII, da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tornar públicas as iniciativas desenvolvidas em prol de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 2ª Região - COPACE/JF2

A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Federal da 2ª Região – COPACE/JF2 é regulamentada pela Resolução nº TRF2-RSP-2022/00082 e tem a sua composição consolidada pela Portaria nº TRF2-PTP-2024/00210, sendo atualmente presidida pela Juíza Federal Claudia Valéria Bastos Fernandes Marques.

Entre as competências do colegiado, elencadas no art. 26 da Resolução CNJ nº 401/2021, estão:

- a proposição, orientação e acompanhamento em nível estratégico das ações de acessibilidade e inclusão voltadas à eliminação de quaisquer formas de discriminação e à remoção de barreiras de qualquer natureza que dificultem o acesso autônomo e seguro às instalações e aos serviços

do órgão por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

- a proposição à Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região de edição e alteração de atos normativos e orientações sobre a matéria; e
- bem como a aprovação do relatório anual de atuação da Comissão, previsto no artigo 26, III da referida resolução.

As atas das reuniões realizadas pela COPACE/JF2 e as informações sobre a sua composição estão disponíveis no Portal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme o endereço eletrônico:

<https://www.trf2.jus.br/trf2/institucional/comissao-permanente-de-acessibilidade-inclusao-copace>

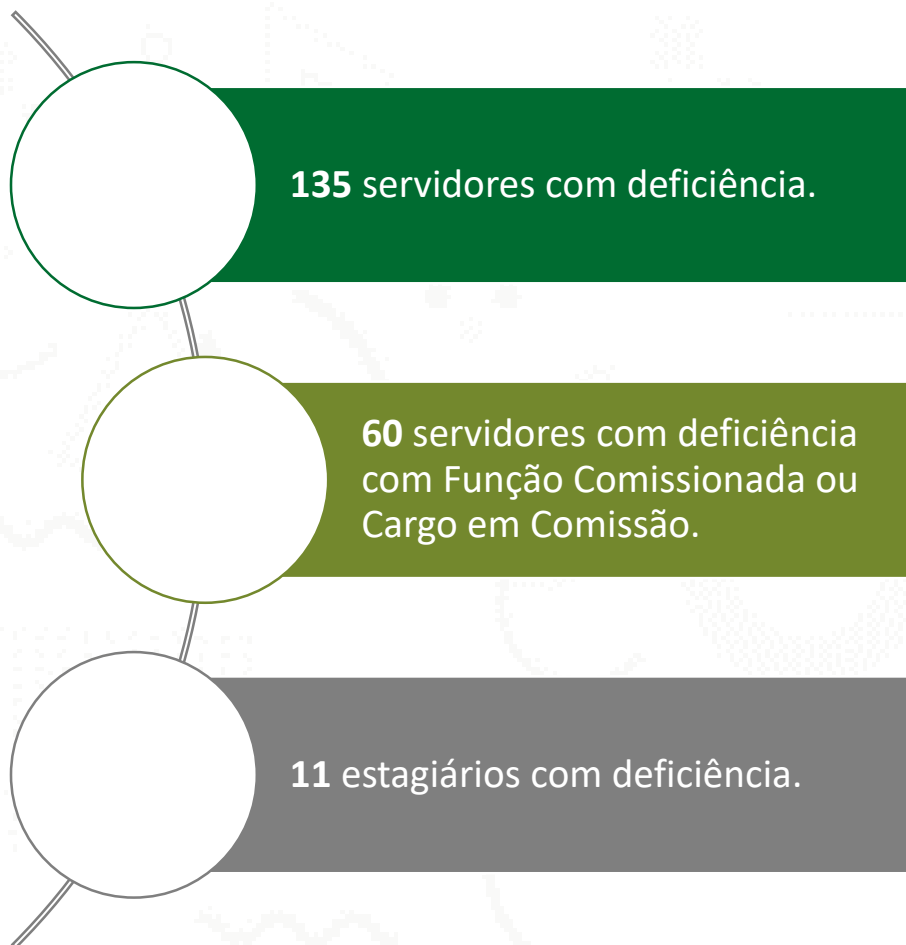


ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO JF2

Ações para promoção da acessibilidade e inclusão na JF2



Gestão da Acessibilidade e Inclusão



Capacitação na temática de Acessibilidade e Inclusão





Capacitação e Eventos na temática de Acessibilidade e Inclusão

Cursos e eventos realizados pelos órgãos da JF2

Curso de reciclagem dos Agentes de Polícia Judiciária da SJRJ abordando a temática do autismo – (32h) (01 a 31/05/2025) – <https://www.trf2.jus.br/jfrj/noticia/2025/capacitacao-da-policia-judicial-da-jfrj-inclui-autismo-letramento-racial-em-curso>

Curso SEI para deficientes visuais - (15h) (13, 15, 18, 20 e 22/08/2025) – https://www10.trf2.jus.br/ambiental/wp-content/uploads/sites/55/2021/11/sicap_sei-para-servidores-com-deficiencia-visual-t01_2025-mapeamento.pdf

Acolhimento, direitos, atendimento e cotidiano de pessoas com deficiência (10h) (18, 20 e 22/08/2025) – https://www10.trf2.jus.br/educa/wp-content/uploads/sites/36/2025/08/mapeamento_acolhimento_direitos_atendimento_e_cotidiano_de_pessoas_com_deficiencia.pdf

Curso "Acessibilidade ao Jurisdicionado Surdo por meio de Libras" (SJES) (36h) (17/09 a 24/10/2025) – <https://intra.ifes.jus.br/cursos-expirados/curso-acessibilidade-ao-jurisdicionado-surdo-por-meio-da-libras/>

Pessoas com deficiência: Desafios e caminhos para a inclusão (SJRJ) (2h) (24/09/2025) – <https://www.trf2.jus.br/jfrj/noticia/2025/deficiencia-esta-na-sociedade-que-nao-abarca-diversidade-humana-diz-presidente-da>

Seminário: Caminhos acessíveis – Quebrando barreiras e promovendo a inclusão (SJES) (3h30) (10/10/2025) – <https://trf2.jus.br/jfes/noticia/2025/seminario-caminhos-acessiveis-abre-as-comemoracoes-do-mes-da-servidora-do>

Curso Básico de Atendimento em LIBRAS (EaD Autoinstrucional) TRF2-T01-2025 (15h) (01 a 24/10/2025) – https://www10.trf2.jus.br/educa/wp-content/uploads/sites/36/2025/09/mapeamento_libras_autoinstrucional_t01_trf2_2025.pdf

Curso Básico de Atendimento em LIBRAS (EaD Autoinstrucional) TRF2-T02-2025 (15h) (03 a 24/11/2025) – https://www10.trf2.jus.br/educa/wp-content/uploads/sites/36/2025/10/mapeamento_libras_autoinstrucional_t02_trf2_2025.pdf

II Fórum Nacional de Acessibilidade e Inclusão (8h) (03/12/2025) – https://www10.trf2.jus.br/educa/wp-content/uploads/sites/36/2025/11/mapeamento_forum_nacional_acessibilidade_inclusao_ii_fonaci.pdf



Capacitação e Eventos na temática de Acessibilidade e Inclusão

Cursos e eventos em parceria com outros órgãos e instituições*

Para além dos cursos realizados pelos próprios órgãos da JF2, a SJRJ mantém em sua intranet sessão destinada à curadoria de cursos EAD externos gratuitos, elaborados por outros órgãos e instituições públicas e privadas, visando complementar a capacitação e o aprendizado dos servidores. Na temática da acessibilidade e inclusão destacam-se:

Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista (ENAP)

Acessibilidade na comunicação (ENAP)

Fotografia e audiovisual para produção de janelas de Libras (ENAP)

Introdução à Libras (ENAP)

Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil (ENAP)

Acessibilidade em espaços edificados de uso público (ENAP)

O conceito contemporâneo da deficiência e o modelo biopsicossocial (ENAP)

Prevenção e enfrentamento do assédio sexual e moral (ENAP)

Acessibilidade em espaços urbanos (ENAP)

Diversidade e Inclusão: Uma introdução (ENAP)

*Para consultar a lista completa de cursos e eventos externos acesse a página da intranet da SJRJ em: <https://intranet.jfrj.jus.br/app-servico/cursos-ead-externos-gratuitos/lista>



Capacitação e Eventos na temática de Acessibilidade e Inclusão

Cursos e eventos em parceria com outros órgãos e instituições*

Educação patrimonial e diversidade (ENAP)

Diversidade e inclusão no ambiente de trabalho (ENAP)

Desvendando as desigualdades regionais: Uma viagem pelo Brasil

IA Generativa no Front-End: Trabalhando com acessibilidade, semântica e HTML

Introdução à audiodescrição

Jornada da diversidade: Inclusão em ação

Noções de direito das pessoas com deficiência

O direito de pessoas com deficiência à inclusão social

Seleção, contratação e inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho

Seminário de pesquisas empíricas aplicadas às políticas judiciais - Diagnóstico sobre acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência no Poder Judiciário

*Para consultar a lista completa de cursos e eventos externos acesse a página da intranet da SJRJ em: <https://intranet.jfrj.jus.br/app-servico/cursos-ead-externos-gratuitos/lista>



Acessibilidade Comunicacional

16 vídeos com recursos de acessibilidade.

2.196 matérias jornalísticas em formato acessível.

20 eventos com acessibilidade comunicacional.

O Portal Unificado da Justiça Federal da 2ª Região está adequado ao padrão do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

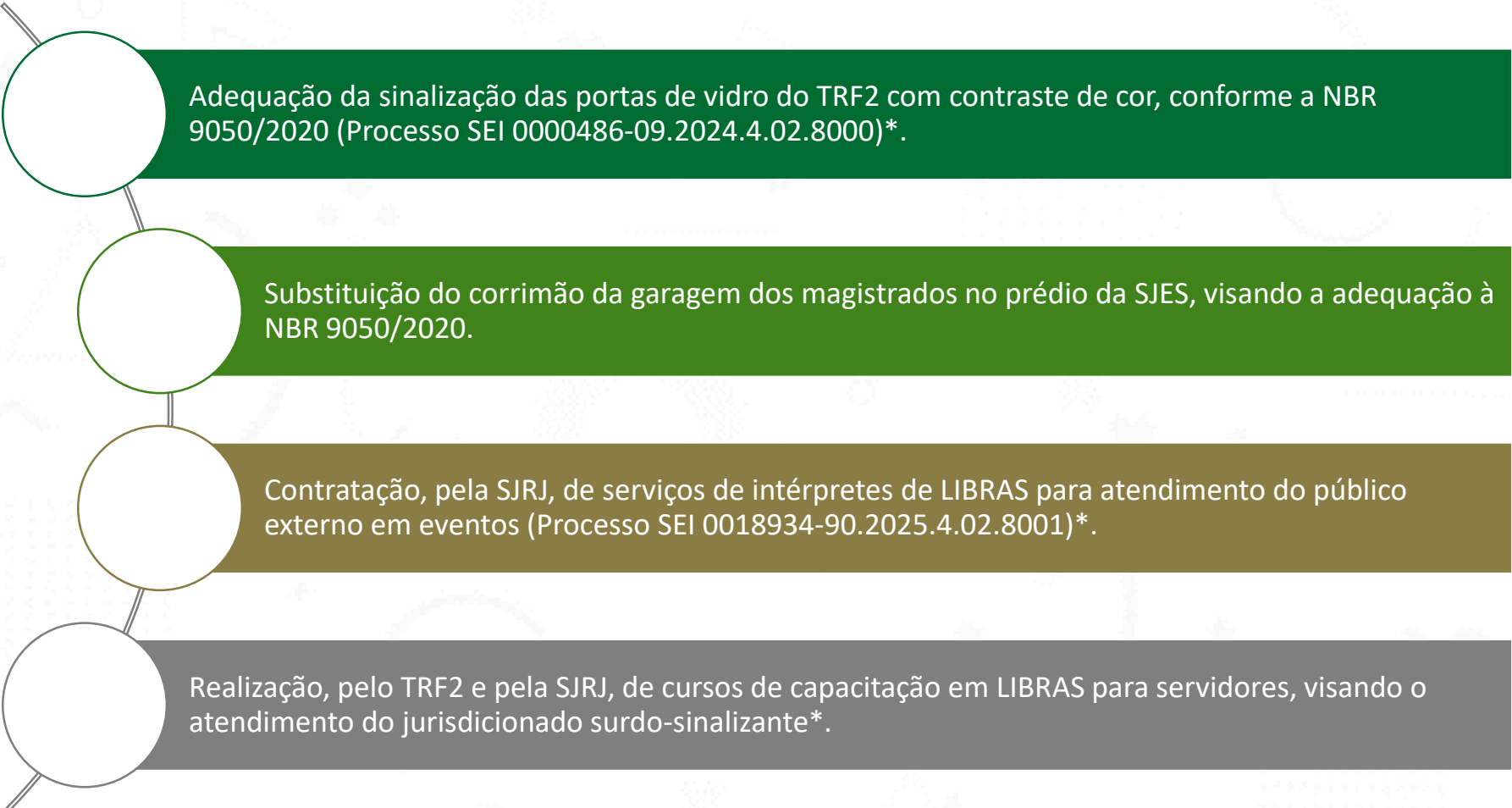
Acessibilidade Tecnológica

- O programa *Wave* é utilizado para avaliar o nível de acessibilidade do site e de seus *links*.
- A JF2 ainda oferece ao seu público interno as seguintes tecnologias assistivas:
 - Programa leitor de tela;
 - Ferramenta de contraste;
 - Programa de ampliação de tela;
 - Aplicativos associados a programas sintetizadores de voz.
- Criação de Ponto de Inclusão Digital (PID) no município de Ponto Belo (ES) pela SJES para maximizar acesso à justiça e resguardar os excluídos digitais com a implantação de equipamentos voltados para o cidadão, garantindo o acesso aos serviços prestados pela Justiça.
- Disponibilização de Portal Unificado da JF2, com informações centralizadas, melhorando a acessibilidade do usuário, facilitando a recuperação de informações (sobre licitações entre outras) e proporcionando maior transparência.



Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica

Em 2025, a JF2 concluiu as seguintes ações para atender às auditorias e normas de acessibilidade urbanística e arquitetônica:



Adequação da sinalização das portas de vidro do TRF2 com contraste de cor, conforme a NBR 9050/2020 (Processo SEI 0000486-09.2024.4.02.8000)*.

Substituição do corrimão da garagem dos magistrados no prédio da SJES, visando a adequação à NBR 9050/2020.

Contratação, pela SJRJ, de serviços de intérpretes de LIBRAS para atendimento do público externo em eventos (Processo SEI 0018934-90.2025.4.02.8001)*.

Realização, pelo TRF2 e pela SJRJ, de cursos de capacitação em LIBRAS para servidores, visando o atendimento do jurisdicionado surdo-sinalizante*.

* Ações constantes do plano de ação para atendimento das recomendações da Auditoria de Acessibilidade Predial do CJF - Acórdão CJF Nº 0577149

Principais resultados alcançados e desafios enfrentados



Principais desafios da JF2 na temática da Acessibilidade e Inclusão

Ampliar o engajamento do corpo funcional da JF2 com as ações de capacitação e sensibilização em acessibilidade e inclusão.

Manter a estrutura predial dos órgãos da JF2 acessível às pessoas com deficiência.

Estabelecer a política de reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de prestação de serviço contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

Principais resultados alcançados em 2025

• Aumento de **142%** cursos oferecidos em relação a 2024.

• Aumento de **89%** do número de servidores capacitados em relação a 2024.

• Aumento de **57%** do número de servidores e pessoas do quadro auxiliar capacitados em relação a 2024.

• Aumento de **8%** do número de servidores com deficiência na JF2 em relação a 2024.

• Aumento de **54%** do número de eventos com acessibilidade comunicacional na JF2 em relação a 2024.

Considerações finais

A Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece diretrizes fundamentais para o desenvolvimento de ações que visam garantir um ambiente judicial mais equitativo e acessível a todas as pessoas, especialmente aquelas com deficiência.

As ações desenvolvidas e aqui detalhadas demonstram o esforço em identificar, remover e prevenir barreiras arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e tecnológicas, conforme preconizado pela legislação vigente e pelas melhores práticas.

A elaboração deste relatório não se limita ao cumprimento de uma exigência normativa, mas representa uma ferramenta essencial para a transparência, a prestação de contas e o aprimoramento constante das políticas e iniciativas de acessibilidade e inclusão.

É imperativo que os resultados e as análises contidas neste documento sirvam de base para o planejamento de futuras ações, a alocação de recursos e a capacitação contínua de servidores e magistrados.

Somente por meio de um ciclo virtuoso de avaliação, planejamento e execução será possível consolidar um Poder Judiciário verdadeiramente inclusivo, que assegure a plena participação e o exercício dos direitos de todas as pessoas, sem distinção.

O engajamento de todos os envolvidos é crucial para a efetivação de uma cultura de acessibilidade que permeie todas as esferas da atuação da Justiça Federal da 2ª Região.



JUSTIÇA FEDERAL



ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO JF2

